

**ESPAÇO RURAL E URBANO: AS
TRANSFORMAÇÕES DA FAZENDA VAL DE
PALMAS E OS REFLEXOS NA CIDADE DE
BAURU (1890-1930)**

Nilson Ghirardello

nghir@faac.unesp.br

Fernanda Silva Almendros

arq.almendros@hotmail.com

**FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE
MESQUITA FILHO” - BAURU**

ESPAÇO RURAL E URBANO: AS TRANSFORMAÇÕES DA FAZENDA VAL DE PALMAS E OS REFLEXOS NA CIDADE DE BAURU (1890-1930)

RESUMO

Este trabalho pretende explicitar a relação entre a Fazenda Val de Palmas e a vila, depois cidade de Bauru, ambas formadas no final do século XIX, durante a expansão cafeeira do centro oeste paulista. Ao mesmo tempo, queremos discorrer sobre os dois momentos principais da Val de Palmas: o primeiro, durante o início da velha república onde o fazendeiro-coronel dava as cartas plenamente, não apenas na administração e produção de seu vasto latifúndio, mas também na política local, promovendo conquistas importantes para si e também para a cidade. E o posterior, na segunda década do século XX, onde a fazenda muda de mãos e se torna empresa agrícola, sob domínio de uma corporação de porte nacional, período onde a relação entre o urbano e o rural se reduz, ao menos na ação política direta dentro do município, em prol de uma abrangência a nível estadual e nacional.

PLAVRAS-CHAVE:

Fazenda Val de Palmas; Bauru; expansão cafeeira; coronelismo; formação urbana.

A EXPANSÃO CAFEIEIRA E AS NOVAS CIDADES PAULISTAS

O café marca sua entrada na Província de São Paulo a partir do segundo quartel do século XIX, vindo do Rio de Janeiro, através do vale do Paraíba do Sul, daí se espalhando na segunda metade do século para a direita do Rio Tietê, tendo acompanhá-lo os trilhos ferroviários. Conforme Milliet, estudioso do assunto o café anda inicialmente devagar buscando núcleos já consolidados para suas plantações, porém :

“ (...) oito lustros bastam para abarrotar de cafeeiros todo o vale do Paraíba e parte das terras mais férteis próximas de capital colonizadas pelo açúcar. 582.066 arrobas são colhidas nesse último ano, sendo mais de 4/5 na zona norte e o restante na zona central. Passados dezenove anos o panorama novo nos apresenta aspectos de dinamismo, 2.737.639 arrobas de café enriquecem a zona norte, cuja população aumenta concomitantemente de 40%. Ao mesmo tempo a produção da zona central triplica e se inicia o desbravamento da Mojiana e da Paulista, cujas produções respectivas se elevam então a 81.750 e 223.470 arrobas.”(MILLIET, 1982, P.24)

O café dará as condições propícias para o desenvolvimento de toda a província e para a ocupação do oeste paulista, pois, como o próprio Milliet indica, as plantações de início se alocam em regiões conhecidas e já ocupadas como Vale do Paraíba, e logo após, ao redor da capital, mas a partir de um dado momento ele abrirá as novas regiões ocupadas pela mata, em busca das terras devolutas.

Tratava-se agora de descobrir terras férteis para o cultivo do grão que se transformaria na bebida que aquece e desperta, pois tudo que se produzisse seria consumido por um mercado externo voraz. A procura por áreas agricultáveis derrubará florestas, transporá rios e dizimará a população indígena. Logo atrás das plantações virá a ferrovia, o meio mais rápido e econômico para transportar grandes quantidades de bens e mercadorias. É por ela que chegará ao porto toda produção cafeeira, mas também, por ela virá toda sorte de novidades importadas que mudarão a paisagem das cidades e o modo de vida das pessoas.

Será a partir dos meados do século XIX que as cidades começam se tornar centros das decisões econômicas. Diferentemente do período açucareiro que tinha no engenho sua auto-suficiência, o café estimulava os negócios urbanos fazendo florescer uma classe média legada às atividades burocráticas de compra, venda, beneficiamento, financiamento e exportação do café.

Característica do capitalismo que privilegia alguns centros em relação a outros, a concentração das atividades econômicas em determinadas sedes urbanas atrairão para si grande contingente humano, modificando sua paisagem e alterando toda forma de relacionamento social anterior. No solo urbano será aplicada parte dos excedentes de capitais dos grandes latifundiários, destinados ao comércio e serviços, particularmente à especulação imobiliária e a implantação da infra-estrutura pública, ambas altamente compensadoras nas cidades em formação e crescimento.

O CORONEL JOSÉ FERREIRA DE FIGUEIREDO EM DESCALVADO

Pelos dados disponíveis, por vezes contraditórios, o formador da Fazenda Val de Palmas, em Bauru, é um típico fazendeiro bem situado do século XIX, antes de chegar a Bauru formou fazenda em Descalvado, onde amealhou patrimônio suficiente para empreitadas mais vigorosas à oeste.

Descalvado, situa-se nas proximidades de São Carlos e Araras, em uma região ocupada no início do século XIX, sua sede é elevada a vila em 1865, denominada, inicialmente, de Belém, ou Bethlem do Descalvado (<http://www.descalvado.sp.gov.br/historia.htm>). Nessa cidade José Ferreira de Figueiredo, estabelece a fazenda Monte Alverne, considerada uma das mais prosperas do município, com a expressiva produção de 18 mil arrobas.

Além de agricultor o coronel Figueiredo tem uma relevante participação na vida social, econômica e política do município, conforme nos relata o historiador Luiz Carlindo Arruda Kastein, encontramos seu nome como indicado pela Câmara para dois eventos de destaque, o primeiro deles em 26/09/1882 para a “Comissão de Homens para Desenvolvimento da Festa Inaugural da Estação” e o segundo em 01/10/1886, para a “Constituição da Comissão de Honra para recepcionar o Imperador D. Pedro II”. Ambos eventos de importância que agregavam para sua organização a mais alta hierarquia social da cidade <http://www.descalvadoonline.com.br/conhecadescalvado/cicloseconomicos.htm>

Destacaremos a inauguração da estação da Companhia Paulista de Vias Férreas que chega a Descalvado em 07/11/1882 com as festas de praxe devido a importância desse meio de transporte para a lavoura da região, bem como para a vitalidade do próprio

município que a partir de então teria mais condições de desenvolvimento econômico, considerando-se que a estação representaria um importante lastro para o desenvolvimento local e aval para investimentos privados no solo urbano.

A elite cafeeira local era relevante, mesmo em relação a província paulista pois eram acionistas substanciais da Companhia Paulista, o que atesta claramente o quanto esse grupo via na ferrovia um fator importante para o crescimento de seus negócios agrícolas, pois a partir da chegada da estação o município a produção deixava de percorrer vários quilômetros em lombo de burro até a estação mais próxima.

No ano de 1893, onze anos após a chegada da ferrovia em Descalvado vários importantes cafeeiros locais possuíam ações da Companhia. Luiz Carlindo Arruda Kastein informa que aproximadamente 1,5% do capital da Paulista estava nas mãos de Descalvadenses que tinham ao todo 312 votos.

O mesmo autor revela que um dos Diretores da Paulista, a época, Dr. Francisco Antônio de Souza Queiroz, proprietário de 1.106 ações, com direito a 67 votos, era morador de Descalvado, tendo ocupado o cargo de Presidente da Câmara Municipal no ano de 1866, como candidato mais votado nas primeiras eleições de Descalvado como município.

A elite local considerava o transporte ferroviário tão importante que cria com capital próprio um ramal ferroviário denominado Cia Agrícola Descalvadense, posteriormente vendida a Companhia Paulista. Com quatorze quilômetros de extensão, ligava Descalvado a Aurora, havendo a estação do Pântano entre as mesmas. O coronel Jose Ferreira de Figueiredo era um dos seus beneficiados, pois os trilhos atingiam sua propriedade, a Fazenda Monte Alverne, detentora de grande parcela da produção cafeeira dessa zona do município. Figueiredo, assim como os grandes cafeeiros do final do século XIX, a partir de capitais oriundos de propriedades localizadas em regiões mais antigas investir em novas regiões agrícolas da província, principalmente, ainda nesse período, no centro oeste paulista e posteriormente durante o início do século XX no extremo oeste paulista. Tais fazendeiros buscarão terras em regiões ainda não servidas pelas ferrovias, onde não existiriam cidades, mas apenas vilas como forma de potencializar seus investimentos, pois imensas áreas poderiam ser compradas com pouco capital, ou melhor, ainda, em determinadas regiões as glebas poderiam ser usurpadas dos indígenas, ou do estado, pois seriam terras devolutas. Não foram poucas as negociatas envolvendo papéis falsos de posse de terra, grilos, e claro, muita violência para a posse da terra rural nesse período histórico. Para esses grandes agricultores

empresários, particularmente esses diretamente envolvidos com o capital ferroviário, a chegada desse meio de transporte a qualquer lugar, por mais longínquo que fosse, em uma província que crescia a olhos vistos na esteira do café, era questão de tempo. Afinal, aqueles que patrocinavam as Companhias Ferroviárias paulistas tinham ligação estreita com a produção, ou comercialização do produto e o avanço dos trilhos para o centro oeste fazia parte dos planos das companhias, expresso, inclusive, em seus diversos Relatórios do final do século XIX (MATOS, 1990).

AS PROPRIEDADES RURAIS E A FORMAÇÃO DA VILA DE BAURU

Como parte da expansão cafeeira em direção ao oeste paulista, à cidade de Bauru, assim como outras tantas cidades do interior paulista do período, será formada a partir de um patrimônio religioso. Este foi doado em 1884, ofertado a São Sebastião do Bauru

As primeiras construções do patrimônio foram edificadas junto à estrada que ligava os sertões a Fortaleza e Lençóis, núcleos urbanos vizinhos constituídos um pouco antes. Esta estrada, depois chamada rua Araújo Leite, situava-se em sentido Norte-Sul, próximo ao ribeirão das Flores, mas, em cota suficientemente alta para evitar as enchentes.(GHIRARDELLO, 1992)

O arruador para demarcação do traçado urbano só vai ser indicado pela Câmara de Lençóis quatro anos depois da doação do patrimônio em 17/04/1888¹. Acreditamos que os arruadores eram pessoas sem grandes conhecimentos formais, devido, a nomeação de muitos deles para os patrimônios da jurisdição de Lençóis, como se constata nas atas, teriam como atividade principal o corte e regularização de propriedades rurais açambarcadas do estado pelos grandes posseiros.

A população do Patrimônio de Bauru crescia; e novos fazendeiros conseguiam terras na região almejando a lavoura de café. Esses grandes latifundiários corriam para a região em busca de terras baratas ou que pudessem ser apossadas, garantidos pela sua futura valorização, pois os trilhos, escoadores da produção, prenunciavam sua chegada. Muitos desses primeiros ocupantes eram mineiros e fugiam de sua província devido à decadência das lavras e a grande população (a maior do país, a época) para destinos

¹ Ata da Câmara de Lençóis - 17 de Abril de 1888, Arquivo Museu Municipal de Bauru.

menos difíceis. A vinda para o interior paulista, onde havia muita terra de qualidade sob o frágil domínio do Estado, era uma saída viável, e muitos seguiram esse caminho apossando-se de grandes glebas que nem sempre seriam utilizadas pelos mesmos, mas vendidas a terceiros, mesmo que sem qualquer benfeitoria, com algum lucro.

Na região de Bauru muitos mineiros foram fazendeiros, além de terem forte atuação na vida política como Azarias Ferreira Leite, originário de Lavras em Minas, e João Batista de Araújo Leite, sogro do primeiro. Foi Araújo Leite que incentivou o coronel José Ferreira de Figueiredo a ocupar terras na região, provavelmente dando suporte político junto à vila de Bauru. A propriedade de Figueiredo será denominada "Val de Palmas" e terá 12 mil alqueires paulistas, propriedade de grande escala mesmo para a época. Outro grande produtor rural, que adquire glebas no município, advindo de região mais próxima a capital e de incontestável importância política estadual, será Joaquim Toledo Piza e Almeida, proprietário da Fazenda Faca e Acampamento. Ambos farão da região sua base política, particularmente no caso do deputado Toledo Piza, que devido aos contatos com a elite política da província e ao seu peso econômico conseguiam benesses para si e para a zona, numa típica intermediação coronelista.

Com a ocupação paulatina do território paulista em direção ao oeste, o avanço da ferrovia, da urbanização, e a conseqüente chegada dos grandes cafeicultores nos últimos anos do século XIX, a importância política do lugarejo aumenta, à medida que muitos interesses destes resultavam em progresso, para o patrimônio que ia ganhando algumas funções. Locais para pousada, botica, comércio que servisse aos colonos e diaristas na venda de artigos de consumo básico, alimentos, bebidas, panos, chapéus, fumo etc. A vila já contava com a capela, o cemitério, o posto de correio, um distrito policial construído em 1892. Porém, faltava um distrito de Paz, para o chamado registro civil das pessoas naturais, que já adquiriam alguma expressividade. As forças políticas da região pedem a doação de outra área a ser anexada ao patrimônio, para que sua dimensão impressionasse e justificasse o distrito de paz, à Assembléia Provincial. Em 1893, a partir de outra doação a Igreja, mais 134 hectares e 80 ares de terra da são acrescentadas ao patrimônio inicial (GHIRARDELLO, 1992).

A 30 de agosto de 1893, Bauru ganha seu distrito de paz, ao mesmo tempo Espírito Santo da Fortaleza, a sede do município, perde paulatinamente poder e população. Em janeiro de 1896, a sede é transferida para Bauru, ato referendado em 1º de agosto de 1896 pelo Poder Executivo Estadual.

“Assim é que, cinco mezes depois da celebre sessão, no dia 01 de agosto de 1896 – estava creado o município de Bauru, com 800.000 alqueires de terras feracissimas até a barranca do Rio Paraná, dividindo-se, naturalmente, em três extensas faixas de terras uberrimas, comprehendidas à margem do Tieté, entre este rio Feio e entre o Feio e o Peixe, constituindo as três faixas a maior gleba de terras paulistas até então desconhecidas.” (PINHEIRO, 1928)

Embora a vinda da Sorocabana e da Paulista já estivesse de certa forma assegurada por decretos estaduais⁴ que davam privilégios de área às companhias, sua chegada era ainda incerta, dependendo de fatores econômicos e políticos. Os indícios favoráveis ficavam por conta do aumento do número de lavouras de café e rumores de uma ferrovia que nascendo na região de Bauru atingiria o Mato Grosso, e talvez, o Pacífico.

O número de edificações na área urbana da cidade cresce, porém, de forma precária e improvisada, como uma espécie de “acampamento” que teria sua fixação definitiva se a vinda das ferrovias se concretizasse. Caso contrário o “acampamento” poderia ser transferido para outro local, em busca de motivação econômica, como ocorreu com Espírito Santo da Fortaleza, exemplo entre os muitos patrimônios que desapareceram por falta de vida econômica, suplantado por outro um vizinho.

Quando o engenheiro Cornélio Schmidt passa em 1904 por Bauru, em direção ao sertão do Estado, assim descreve a cidade: “Bauru está numa lombada, de espigão comprido, e é só areia. Tem uma só rua no rumo norte-sul e agora está se formando um pátio perto da Igreja situada no lado oeste (SCHMIDT , 1961)”.

As reduzidas funções urbanas do lugar demonstravam sua pequena importância econômica, monopolizada pelas fazendas estabelecidas na região. Tanto o poder econômico como político estava nos latifúndios que pouco dependiam da cidade, utilizada como um empório de abastecimento de gêneros básicos, entre eles as várias necessidades humanas, como alimentação, socialização, religião e sexo. A vinda dos fazendeiros e suas famílias ao lugarejo deveria se dar apenas durante as reuniões políticas, festas religiosas e civis.

É só a partir de 1903, com a vinda da comissão dirigida por Emílio Schnoor , responsável pelos estudos de uma nova ferrovia que adentrasse à noroeste do Estado, a futura Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, NOB, é que a cidade seria vista como bom investimento imobiliário.

O aporte das Estradas de Ferro Sorocabana e Paulista a Bauru obedece à lógica histórica das ferrovias no Estado de São Paulo: a procura pelo café, nesse momento com boa produção.

A Sorocabana chega em 1905, vinda de Lençóis, a Paulista, em 1910, vinda de Pederneiras. Na época, o extenso município de Bauru já produzia boa quantidade de café, especialmente através das fazendas Val de Palmas, Aureópolis, Faca e Acampamento, mas as ferrovias para cá se deslocam em vista do potencial da imensa área do estado ainda virgem em direção as divisas com o Mato Grosso. Para seu desbravamento havia estudos desde o século passado que demonstravam a importância de uma ferrovia colonizadora. Ela é criada em 1906, tendo seu ponto de início na cidade. A Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil será pioneira e criará uma série de povoações que nascem à beira da linha ou a partir de estações como Lins, Penápolis, Birigui, Araçatuba, Andradina etc, que possuem boas terras para o plantio e se desenvolvem com extrema rapidez (GHIRARDELLO, 2002).

Bauru em pouco tempo se torna um importante entroncamento, porta de grande região, servida pelo Noroeste, única a transportar imensas quantidades de café produzidas desde as barrancas do Rio Paraná, deslocadas até Bauru e daí transportadas pela Sorocabana ou Paulista. O encontro de várias ferrovias colocava a cidade em contato direto com diversas regiões do Estado, privilégio apenas comparado a São Paulo. Essa “independência” da capital transformaria Bauru em pólo regional, de uma parte considerável, e central do Estado favorecendo o comércio, a prestação de serviços e, por consequência, seu crescimento.

A VAL DE PALMAS DO CORONEL JOAQUIM FERREIRA DE FIGUEIREDO

De acordo com relato do trabalhador rural da Val de Palmas, Sr. Antonio Quaggio, em matéria publicada no jornal Correio da Noroeste em 01/08/1957, a fazenda começou a ser formada na região denominada “Água Parada”, próximo a vila de Bauru, no ano de 1892. Quaggio e sua família chegaram da Itália em 4 de maio de 1888, desembarcaram na Hospedaria dos Imigrantes e dali dirigiram-se para as proximidades de Rio Claro, onde permaneceram trabalhando na fazenda de João “Alemão”.

Era bastante comum os imigrantes cumprirem o contrato de trabalho assinado anteriormente, quase sempre em propriedades situadas em zonas de ocupação mais antiga e ao final do mesmo dirigirem-se as novas regiões em abertura, em busca de melhores salários e até quem sabe, de um pedaço de chão próprio para cultivar. No caso dos Quaggio a situação não foi diferente, quatro anos após chegarem à fazenda de João “Alemão”, a família aliciada por novo agenciador, assina contrato e desloca-se por quatro dias de marcha, para a Fazenda Val de Palmas onde é acomodada em um “ranchão” improvisado, na verdade uma grande barraca de sapé.

Quaggio nos informa, ainda, que as derrubadas e queimadas da mata eram feitas por “nortistas”, que depois entregavam a terra aos colonos que formariam e cuidariam dos cafezais. Relata também a rápida mudança de administradores da propriedade, sendo um deles “(...) Emilio Peterson, alemão, vindo da Fazenda Monte Alverne, Belém do Descalvado, pertencente ao dono de Val de Palmas”.

De início, ainda de acordo com Quaggio, os cafezais não passavam de 3000 pés, plantados em uma clareira em meio à mata ocupando parcela insignificante dos 12 mil alqueires paulistas da propriedade. Cita a grande quantidade de “bugres”, assim denominados os índios Caingangues, que tocavam trompas na mata a fim de afugentarem os brancos da região, e certamente, esse foi um dos motivos, somado as doenças palustres, entre elas a ulcera de Bauru, para que a arregimentação de trabalhadores fosse difícil no final do século XIX. No livro Zona Noroeste indica-se que a mão de obra de fazenda era de imigrantes que nessa época tinham que chegar a partir da Companhia Paulista na cidade de Jahu, daí vindo em carros de bois para a fazenda em Bauru. Mesmo assim, a mão de obra era rarefeita e difícil, como se observa pela constante troca de administradores citada por Quaggio, e em função da possibilidade dos colonos preferirem, ao menos em um primeiro momento, fixar-se em regiões mais antigas do estado onde a mesma era também necessária, e em função das más notícias emanadas da região de Bauru, famosa até mesmo nos países responsáveis pelo envio de imigrantes, que não recomendavam a região aos seus compatriotas devido aos ataques constantes dos índios Caingangues e as epidemias. No tocante as incursões dos Caingangues junto aos brancos as mesmas eram sempre superestimadas, ao passo que o extermínio de tribos inteiras pelas “dadas” dos mateiros eram esquecidas, parte da estratégia de destruição e afugentamento dos índios ocupantes originais da terra, que

desaparecerão quase por completo no início da segunda década do século XX (LIMA, 1978).

Um dos empreiteiros para a formação do café em Val de Palmas foi o português José Rodrigues Madureira, que estabelece contrato com o Coronel Figueiredo para plantar 75 mil pés de café, com o pagamento de mil reis por planta e obrigação de permanência por quatro anos (CORREIO DA NOROESTE, 1946). Rapidamente a terra ganha da floresta, coberta por húmus, responde de forma magnífica ao plantio com produção generosa, até que o húmus seja consumido e o solo arenoso se mostre em toda sua desagregação e baixa produtividade (DEAN, 1996).

No livro Zona Noroeste 1928 assim é descrito o início do plantio em terras ganhas à floresta pelo Coronel Figueiredo:

“Obumbrado pelos signaes característicos da exuberante matta que a cobria, pelas aguadas possantes que, em vários pontos, nella avistava, elle, grande conhecedor da lavoura, mostra-se um homem de extraordinária visão.”(PINHEIRO, 1928)

Percebe-se que a escolha das áreas de plantio, e mesmo da compra das glebas, era feita observando-se a mata existente e as espécies que indicavam a prodigalidade do solo, ao menos num primeiro momento.

No ano de 1895, o Coronel Figueiredo, demonstrando fôlego financeiro, certamente advindo de sua produção agrícola em Descalvado, derruba a mata nativa e planta em Val de Palmas 500 mil pés de café, um negócio, pelo porte, bastante arriscado devido à inexistência, ainda nesse momento, de um transporte por ferrovia, nesse momento a produção teria que ser transportada para Jahu, distante e com péssimas estradas de ligação.

Não se sabe ao certo as edificações existentes na Val de Palmas desse período, acreditamos que fossem poucas e modestas, devido a Figueiredo residir fora de Bauru, em Descalvado, e ter a propriedade muito mais como uma unidade de produção do que sua moradia.

A fazenda, em função das elevadas safras e relevo de seu proprietário, possuía estação própria, da NOB, construída em terras da fazenda no ano de 1909, durante as obras dessa ferrovia (<http://www.estacoesferroviarias.com.br/v/valpalmas.htm>). Consideramos também, que as demais construções ali existentes parecem muito mais dentro da tipologia arquitetônica do século XX, e os fatos históricos que à frente narraremos

parecem confirmar a suposição. Porém, acreditamos que haveria uma sede, mesmo que provisória, o terreiro e casas de colonos.

Para dar suporte a propriedade rural, e seus trabalhadores, um grande armazém denominado Gomes e Cia. foi criado perto da povoação pelo comerciante Domiciano Silva, com um estoque estimado em 100:000\$000 de mercadorias.

Val de Palmas no início do século XX torna-se uma das mais prosperas propriedades rurais do centro oeste paulista. Figueiredo com seu forte contato com as elites paulistas, juntamente com as lideranças políticas locais, quase todos proprietários rurais, ajudam a justificar a vinda das ferrovias para a cidade devido à imensa produção de suas lavouras a serem transportadas pelas companhias. Rapidamente o Coronel Figueiredo ganha prestígio político sendo eleito vereador na Câmara Municipal, e para evidenciar sua ligação com a comunidade local, mesmo que não residisse na cidade, constrói um grande palacete na avenida principal da cidade: Alfredo Maia depois denominada Rodrigues Alves, esquina com rua Gerson França.

Nesse período além da vinda de três companhias ferroviárias para Bauru, a vila torna-se sede de município, no ano de 1896; é implantada parte de sua infra-estrutura publica como água encanada, esgoto e telefone, sendo que um dos primeiros aparelhos é instalado em Val de Palmas no dia 16 de julho de 1901. No início da segunda década, ainda, forma-se a Santa Casa de Misericórdia e a cidade conquista a sede da Comarca.

Porém, em uma das muitas crises cíclicas do café, o Coronel Jose Ferreira de Figueiredo envolto em dividas impagáveis perde para credores Val de Palmas. É a partir dessa época, por volta de 1913, que o nome de Figueiredo desaparece dos jornais locais e seu palacete, posteriormente, passa a ser utilizada por uma instituição de saúde, não havendo mais nenhuma referencia sobre suas atividades na cidade. Val de Palmas seguiria para uma nova fase.



Terreiro, trilhos, casa de máquinas e depósito da Fazenda Val de Palmas. (PINHEIRO, 1928)



Plantação de eucaliptos e viveiro de café da Fazenda Val de Palmas. (PINHEIRO, 1928)

A VAL DE PALMAS DA ZERRENER BULLOW & CIA

Temos pouquíssimas informações sobre a quebra de Figueiredo, mas, o “Zona Noroeste 1928”, nos dá algumas indicações, informando que o Coronel entregou sua propriedade a credores da empresa Zerrenner Büllow & Cia, situada na capital, mesmo tendo a empresa antes acenado com a proposta de liquidação do débito mediante pagamento de 1.700:000\$000.

“Mais tarde, sobrevindo a grande baixa do café, atrazado na sua propriedade agrícola, vencido por dificuldades de ordens varias, não podendo mais continuar com o latifúndio que atrevidamente plantara em meio a mattaria – teve de dal-o, juntamente com outra propriedade agrícola que possuía à firma Zerrenner Büllow & Cia., de São Paulo.” (PINHEIRO, 1928).

Pelo apontado no livro, Figueiredo perde não só a Val de Palmas, como também “outra propriedade”, que julgamos tratar-se da fazenda em Descalvado.

A empresa Zerrenner, Bülow & Cia pertencia ao alemão Antonio Zerrenner e ao dinamarquês Adam Dimitrik von Bülow que também eram sócios, desde 1891, da Companhia Antarctica Paulista. Essa ultima inicialmente atuava na fabricação de banhas, cervejas, presuntos, gelo, etc., no ano de 1893, estando a Antarctica em estado falimentar é comprada pela Zerrenner, Bülow & Cia empresa de exportação e corretagem de café, que se torna sócia majoritária do capital (http://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_Antarctica_Paulista) . Desse momento em diante a empresa passa a ter um foco na cerveja e refrigerantes tornando-se rapidamente uma das maiores nesse ramo no país.

Portanto, a Zerrenner, Bülow & Cia não era uma pequena empresa e nem tinha poucas expectativas para Val de Palmas que se torna parte do braço responsável atividades ligadas ao café. Nas mãos da Zerrenner Büllow & Cia a fazenda torna-se mais um de seus ramos de investimento, que poderia produzir café, algodão ou criar gado dependendo do momento e dos lucros possíveis junto ao mercado consumidor. A relação patrimonial, comum às propriedades rurais do inicio do século XIX e antecedentes, ou mesmo o principiar de uma relação mais empresarial como a adotada pelo Coronel Figueiredo, haviam ficado para trás a favor de um relacionamento totalmente impessoal e corporativo, pois a partir de então seus proprietários nem viveriam ou mesmo permaneceriam por tempos na propriedade. Haveria uma administração profissional, sem a presença do “dono” ao lado, como acontecia no período de Figueiredo. Nesse momento, até mesmo a denominação mais comum ao invés de Fazenda Val de Palmas passa a ser Companhia Cafeeira de São Paulo, pois a fazenda era parte da mesma, ou apenas “a Companhia”. A estrutura física da fazenda também é ampliada visando maior autonomia, sendo instalado açougue, farmácia, posto médico, escola, iluminação e força elétrica (PINHEIRO, 1928), afim de atender o grande número de trabalhadores imigrantes.

Outro aspecto que se observa é que a escala de poder não é mais a local, mas sim estadual e nacional; nos jornais da época quase não existem relatos sobre a atuação dos proprietários, ou mesmo sua relação com a cidade de Bauru.

Muito embora a quantidade de colonos da fazenda chegasse a mais de 307 famílias, abrigadas em 330 moradias e o número de jornaleiros e empregados a 180, escala sem precedentes, assim como a expressiva quantidade de 2.297.000 pés de café plantados, em dados de 1928, conforme o “ Zona Noroeste 1928”, é certo que a relação de poder transfere-se da escala local para outras maiores. Isso fica claramente expresso quando o segundo presidente da república a pisar no solo de Bauru pernoita não na cidade, por sinal detentora de uma rede hoteleira de porte devido ser importante nó ferroviário. Getúlio Vargas ao vir a Bauru, no ano de 1938, hospeda-se na Fazenda Val de Palmas, sendo recebido pela alta hierarquia da Zerrenner Büllow & Cia deixando claro em qual nível de poder estava o relacionamento dos proprietários da Val de Palmas.

A partir do crack da bolsa de Nova York a Companhia continuará produzindo grande quantidade de café, assim como toda região noroeste do estado (MILLIET, opus cit), porém, ao mesmo tempo diversificará seu plantio. Para Bauru, mesmo sendo a propriedade rural mais importante do município, deixará de possuir a antiga aura de outrora. Afinal, a cidade a partir do nó ferroviário implantado em seu solo na primeira década do século caminhará para uma natural vocação nos setores de comércio e serviços que reforçarão as atividades urbanas e a salvarão da decadência provocada pela crise do café. Diversas localidades, outrora mais vigorosas, porém, dependentes exclusivamente desse tipo de lavoura perderam sua base de recursos e entraram em estagnação como Jahu, Dois Córregos, Bocaina, Agudos, todas na região, e até então, com forte presença econômica.

Bauru, portanto, segue uma trajetória diversa das chamadas “Cidades Mortas” apontadas no clássico livro de Monteiro Lobato, onde o café traz o fausto e a decadência. Continuará em uma rota de crescimento constante independente da produção rural, em um município cada vez menor após sucessivas subdivisões administrativas e um solo, ao redor da cidade, que se mostra, sob o húmus original, arenoso e sem valor.

BIBLIOGRAFIA

DEAN, Warren. **A ferro e fogo, a historia e a devastação da mata atlântica brasileira**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

GHIRARDELLO, N. **Aspectos do direcionamento urbano da cidade de Bauru**. São Carlos, 1992, 187p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

GHIRARDELLO, Nilson. **À Beira da Linha, formações urbanas da Noroeste paulista**. São Paulo, Edunesp, 2002.

JORNAL CORREIO DA NOROESTE. Edição Comemorativa do Cinquentenário do Distrito de Bauru, “**Notas do Cinquentenário**”. Bauru, 01/08/1946, Arquivo Museu Municipal de Bauru.

JORNAL CORREIO DA NOROESTE. “**Começava a povoação quando aqui chegava com a família**”. Bauru, 01/08/1957, Arquivo Museu Municipal de Bauru.

LIMA, João Tidei. **A ocupação e a destruição dos índios na região de Bauru**. São Paulo, 1978, 199 p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MATOS, O.N. de. **Café e ferrovias : a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. Campinas, Pontes, 1990

MILLIET, Sergio. **Roteiro do café e outros ensaios**. São Paulo, Hucitec-Polis, 1982.

PINHEIRO, Brenno. **Zona Noroeste, 1928** . Arquivo Museu Municipal de Bauru
São Paulo, Hucitec-INL, 1981.

<http://www.descalvado.sp.gov.br/historia.htm>

<http://www.descalvadoonline.com.br/conhecadescalvado/estacoes.htm>

<http://www.descalvadoonline.com.br/conhecadescalvado/cicloseconomicos.htm>

<http://www.estacoesferroviarias.com.br/d/descalvado.htm>

<http://www.estacoesferroviarias.com.br/v/valpalmas.htm>